

**Jeremias (PE – 1962/1963) –
Rompendo os “silêncios da história” em busca do “tesouro perdido” da revolução**

José Felipe Rangel Gallindo¹

Resumo: Este artigo procura discutir, a partir de conceitos elaborados por Jacques Le Goff, Hannah Arendt e Walter Benjamin, como a historiografia tradicional sobre as esquerdas em Pernambuco, na sua grande maioria, não aprofunda o estudo da participação política dos trotskistas durante o primeiro governo de Miguel Arraes, entre 1963 e 1964, pois o conhecimento dessa atuação e da repressão sofrida no período pelo POR-T (Partido Operário Revolucionário Trotskista), questionaria um discurso apologético sobre figuras tradicionais da esquerda local. É então destacada a militância revolucionária de Paulo Roberto Pinto – o Jeremias, no sindicato rural de Itambé, no interior de Pernambuco, até o seu assassinato, e a continuidade do trabalho dos trotskistas na região até sua prisão política em um governo de “esquerda”.

Palavras-chave: Trotskismo, Campo, Memória.

Abstract: This article tries to discuss, starting from concepts elaborated by Jacques Le Goff, Hannah Arendt and Walter Benjamin, as the traditional historiography on the lefts in Pernambuco, in his great majority, it doesn't deepen the study of the political participation of the trotskistas during Miguel Arraes's first government, between 1963 and 1964, because the knowledge of that performance and of the suffered repression in the period for the POR-T (Party Revolutionary Worker Trotskista) it would question an apologetic speech on traditional illustrations of the left region . It is then outstanding Paulo Roberto Pinto revolutionary militancy. Jeremias, in the rural union of Itambé, inside Pernambuco, until his murder, and the continuity of the work of the trotskistas in the area until his political prison in a "left" government.

Keywords: Trotskyism, country, memory.

I – INTRODUÇÃO

“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 2003, 422)

“A história das revoluções – do verão de 1776, na Filadélfia, e do verão de 1789, em Paris, ao outono de 1956, em Budapeste -, que decifram politicamente a estória mais recôndita da idade moderna, poderia ser narrada alegoricamente como a lenda de um antigo tesouro, que, sob as circunstâncias mais várias, surge de modo abrupto e inesperado, para de novo desaparecer qual fogo-fátuo, sob diferentes condições misteriosas.” (ARENDT, 2005, 30)

¹ UFPE. Mestrando. Capes.

Em 29 de abril de 2008, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o governo do estado de Pernambuco, lançou, em solenidade oficial no Palácio do Campo das Princesas, com a presença do governador, a *Edição Pernambuco do Direito à Memória e à Verdade*, dossiê elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que constitui um “livro-relatório” das violências cometidas pelo Estado policial instalado no Brasil em primeiro de abril de 1964. Além do relato sobre os mortos e desaparecidos durante a ditadura, a obra possui um capítulo sobre as organizações de esquerda que atuaram durante o regime militar, traçando um breve histórico sobre as mesmas. Neste capítulo encontramos uma pequena exposição (quatro parágrafos) sobre o POR-T (Partido Operário Revolucionário Trotskista), sendo que a referência a atuação dos trotskistas em Pernambuco se resume a uma breve citação:.

“O POR-T ganhou alguma repercussão de âmbito nacional nos anos imediatamente anteriores ao Golpe Militar, quando, apesar de reduzido a pequenos contingentes de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, destacava-se pela proposição de táticas radicais de mobilização, dinamizando as Ligas camponesas no Nordeste, buscando penetrarem determinadas bases das Forças Armadas e opondo-se frontalmente a qualquer política de moderação, como a proposta pelo PCB naquele momento.” (COMISSÃO, 2008, 471)

Uma das formas de manipulação da história se dá pela exclusão - “Outra modalidade de manipulação de opinião é o reescrever da História não em termos de interpretação mas de deliberada exclusão de fatos – Trotsky, por exemplo, nos compêndios soviéticos, não participou da Revolução Russa.” (LAFER, 2005, 20). Ao discorrer sobre o POR-T, o referido texto cita superficialmente a localizada ², porém intensa, atuação dos trotskistas no campo pernambucano, a partir da militância de Paulo Roberto Pinto – o “Jeremias” do título deste trabalho, na questão das lutas sociais dos trabalhadores rurais. Jeremias, liderança do sindicato rural de Itambé foi preso pela polícia do governo de Arraes, pois não fazia parte da aliança política deste, a famosa “Frente do Recife” (coligação partidária que existiu em Pernambuco entre 1955 e 1964 e que congregava o PCB, o PSB e o PTB, entre outros partidos), sendo posteriormente assassinado a mando dos latifundiários da região. O texto não informa que três militantes do POR-T que foram deslocados para prosseguirem com o trabalho de organização do sindicato rural, foram presos, sem mandato judicial “... e conseguiram ser encanados pela

² A área de atuação do POR-T no campo pernambucano, entre 1962 e 1963, ocorreu principalmente na cidade de Itambé, na mata norte, limítrofe com a Paraíba, onde o espaço urbano é dividido com o município de Pedras de Fogo.

Polícia sem qualquer ordem judicial. Só eles têm o direito de acusar a Polícia de Arraes de uma arbitrariedade.” (CALLADO, 1979, 55), no dia da abertura do 1º Congresso Camponês de Itambé e enquadrados na Lei de Segurança Nacional do período varguista pelo governo estadual, o que gerou protestos dos movimentos sociais e até de setores próximos ao governador Miguel Arraes, como podemos ver nessa nota do jornal Última Hora, em 30 de novembro de 1963:

“A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, congregando 58 sindicatos, reunida com as diretorias dos sindicatos rurais: Palmares (21 municípios), Jaboatão, Barreiros, Igarassu, Itamaracá, Quipapá, resolveu. – Agora, companheiros, podemos e devemos exigir do Governo, e particularmente do democrata Miguel Arraes de Alencar, o desarmamento da capangagem das usinas e engenhos. Podemos e devemos protestar, não aceitar como lícita a aplicação indecorosa da LSN contra camponeses, estudantes e, inclusive, advogados de trabalhadores do campo. Não só estranhamos e condenamos, com a veemência particular de trabalhadores que não se apelegaram, que se excetue, como no Estado Novo, a atuação no sentido de organizar e levar a vitória os menos favorecidos.”.

Contribuir para que esse “silêncio da história” sobre a repressão política sofrida pelos trotskistas em Pernambuco, durante o ano de 1963, ou seja, no primeiro ano do mandato de Miguel Arraes a frente do governo do estado, seja desconstruído, é o que se propõe este breve artigo. Tendo em mente a sétima tese de Walter Benjamin no seu *Sobre o conceito da História*, quando este afirma que a tarefa do historiador é “escovar a história a contrapelo.” (BENJAMIN, 1996, 225). Mas que “tesouro” é esse a que se refere o título deste artigo ? Esse conceito nos remete ao pensamento político da filósofa Hannah Arendt, quando esta fala de um sentimento que esteve presente nos militantes da resistência francesa, durante a segunda guerra mundial, de que a sua atuação naquele momento histórico se constituía numa experiência única, a qual a autora acredita não possuir nenhuma denominação precisa, mas que se aproximava de uma “miragem” que poderia ser percebida como um espaço de “liberdade e felicidade públicas” (ARENDT, 2005, 30-31) . Esse momento ímpar seria encontrado em situações revolucionárias, como as citadas na abertura deste artigo, e a ausência de uma tradição “que selecione e nomeie, que transmita e preserve” (ARENDT, 2005, p. 31) o seu valor, faz com que esse “tesouro” seja perdido entre o passado e o futuro. Dessa forma se faz necessário elaborar um “acabamento” (ARENDT, 2005, p. 32) do fato, preservando assim o seu significado na memória dos que irão contar a história.

Este “*tesouro*” existiu brevemente no processo de organização política dos trabalhadores rurais de Itambé e região, entre 1962 e 1963, durante a militância de Jeremias e do POR-T, quando foi construído um espaço público de diálogo e debates entre iguais cujo objetivo comum é a liberdade. E a possibilidade de construção de uma alternativa de projeto de transformações políticas incomodou os mais diversos setores, como veremos a seguir.

II – JEREMIAS E O TROTSKISMO NO CAMPO

No início dos anos 60, a questão do campo estava, como nunca antes, no centro das discussões nacionais. A criação das primeiras Ligas Camponesas na década anterior, representou o começo de uma mudança qualitativa na organização dos trabalhadores rurais. A chegada à presidência da república de João Goulart, o Jango, em setembro de 1961, proporcionou uma nova situação política, onde algumas demandas históricas dos trabalhadores rurais foram contempladas, tais como uma intensificação do processo de reconhecimento legal dos sindicatos rurais por parte do Ministério do Trabalho ³, e a criação de uma legislação trabalhista específica para a categoria, o Estatuto do Trabalhador Rural, que reconhecia aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas já garantidos aos trabalhadores urbanos pela CLT. Outro fator que aprofundou as tensões sociais, particularmente na zona canavieira, e que reflete a influência das questões internacionais no âmbito nacional e regional foi a revolução cubana. A “esquerdização” desta, em plena “Guerra Fria” e o seu alinhamento com a União Soviética e o bloco socialista, foi encarado pelos EUA como um perigo para o mundo ocidental, sendo respondido com o bloqueio econômico a Cuba, o que levou os EUA a comprarem o açúcar produzido no nordeste brasileiro, gerando uma “fome de terras”, que estimulou a ampliação da área de plantio de cana-de-açúcar, diminuindo o espaço para culturas de subsistência, gerando fome, e ocasionando um processo de expulsão das populações rurais e sua proletarianização nos centros urbanos

É justamente nesse momento de intensa mobilização nacional dos trabalhadores rurais organizados em sindicatos que se então abre um espaço político inédito na história do Brasil, o qual ainda não fora hegemonizado por nenhuma corrente política, e que estava

³ Em 1955 só cinco sindicatos de trabalhadores rurais eram reconhecidos em todo Brasil. Para se ter uma idéia do crescimento do movimento dos trabalhadores rurais, só em Pernambuco, em fins de 1963, existiam legalmente 43 sindicatos rurais, sendo 39 na zona canavieira.

colocado para disputa, que o POR-T (Partido Operário Revolucionário – Trotskista) irá marcar uma breve presença na conflituosa situação do campo pernambucano.

O cenário local, na questão do campo, estava sendo disputado por diversas forças políticas. No campo das esquerdas a principal força era o PCB, que após a “Declaração sobre a política do PCB” de março de 1958, havia abandonado o caminho insurrecional, adotando a linha das chamadas “reformas de base”, através de uma revolução pacífica e por etapas, rumo a consolidação do capitalismo no Brasil, enterrando os “resquícios” semi-feudais, em aliança com os setores “progressistas” e nacionalistas da burguesia brasileira, tal orientação política se expressava em Pernambuco na participação na “Frente do Recife”, da qual o principal liderança era a figura do então governador Miguel Arraes. As Ligas Camponesas nesse período estavam em um momento de declínio, após muitas defecções devido a divisões internas, causadas pela polêmica sobre a opção guerrilheira ou legalista e principalmente devido ao inédito crescimento do número de sindicatos rurais.

É neste contexto que o POR-T toma a decisão, a partir da sua participação no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, convocado pela Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais), de deslocar militantes para o Nordeste, a fim de iniciar um trabalho político junto aos trabalhadores rurais. No mês seguinte, o POR-T no seu periódico *Frente Operária*, já apresenta o seu “plano operário para o Nordeste”, que foi o programa político que norteou as ações dos três militantes deslocados de São Paulo para Pernambuco: além de Jeremias, o uruguaio Pedro Makovsky e Fábio Munhoz. Jeremias passou então a assessorar informalmente o sindicato de trabalhadores rurais ⁴, organizando-os de forma diferenciada das demais forças políticas de então. Enquanto o PCB e a Secretaria Assistente do governo Arraes, bem como as demais forças políticas que atuavam no campo, estimulavam a criação do cargo de delegado sindical, que ao sair da produção e receber uma remuneração proporcional ao número de trabalhadores rurais de cada latifúndio (sendo que geralmente recebia bem mais do que um trabalhador médio) se distanciava da realidade de exploração sofrida pelos demais, e desta forma se tornava mais receptivo em fechar acordos com os latifundiários, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores, transformando-se então em um “pelego”; o POR-T caracterizava esta estrutura de representação sindical como um processo

⁴ Jeremias nunca teve um cargo oficial no sindicato, o qual era dirigido por um trabalhador rural conhecido como “capitão”, que após o assassinato de Jeremias será expulso do sindicato em uma assembléia, acusado de corrupção. SÁ, A. F. de. Op. cit. pp. 54-57.

de burocratização ⁵ de seus dirigentes. Segundo o relato de Ayberê Ferreira, que continuou o trabalho político de Jeremias no sindicato rural de Itambé:

“Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção da organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia na região, como deu ao sindicato um caráter revolucionário. Desse modo no lugar de delegados sindicais, ele organizava Conselhos Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desse conselhos não tinham salários especiais nem se afastavam da produção, e eram proporcionais à quantidade de camponeses de cada engenho.” (SÁ, 2007, 43)

Essa concepção de organização sindical radicalmente distinta das demais forças de esquerda de então (que se somava a tática de não realizar uma greve geral dos trabalhadores rurais da região, mas greves parciais, de um a no máximo cinco engenhos por vez, para que dessa forma os grevistas recebessem não só a solidariedade política dos demais trabalhadores, mas principalmente a ajuda material para saírem vitoriosos do movimento) provocou polêmica na época, tanto que Jeremias é preso pela polícia militar em Itambé, em meados de 1963, e conduzido ao Recife, onde foi interrogado pelo delegado-auxiliar, dr. Francisco Souto, sem no entanto, sofrer violência física. Depois de sua prisão, as ameaças dirigidas a Jeremias e aos trabalhadores que participassem das atividades sindicais se intensificaram, até o seu assassinato, às portas do engenho Oriente, de propriedade de José Gouveia Pereira Borba, no dia oito de agosto de 1963, quando liderava uma pacífica passeta de cerca de 500 trabalhadores rurais e seus familiares, reivindicando o pagamento atrasado do 13º salário. Inúmeras pessoas ficaram feridas. O número exato de mortos ainda não é conhecido. Jeremias foi enterrado rapidamente. No dia seguinte, o latifúndio onde ocorreu a chacina amanheceu ocupado pela polícia militar, a fim de garantir a “propriedade do Engenho Oriente”.

O trabalho político do POR-T na região foi mantido com o deslocamento para Itambé de três militantes Ayberê Ferreira, Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti a fim de atuarem junto aos trabalhadores rurais, organizando passeatas e comícios protestando contra o assassinato de Jeremias e cobrando a punição dos culpados, bem como levando adiante a luta pelos direitos trabalhistas e marcando o I Congresso de Camponeses de Itambé para os dias 12 e 13 de outubro de 1963, convidando outras organizações que atuavam no campo tais como o

⁵ Trotsky denominava o grupo dirigente do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) liderado por Stálin como sendo uma “casta burocrática”, sendo assim um grupo fechado e distante dos trabalhadores, comandando o Estado e o partido de forma autoritária, onde os interesses destes estavam à frente da classe trabalhadora.

PCB (que recusou o convite), as Ligas Camponesas, o PC do B e a Ação Popular (AP), sendo que estas forças políticas aceitaram o chamado do POR-T. No dia 13 de outubro, um domingo, o jornal *Última Hora* trazia uma pequena nota na sua segunda página com o seguinte título “*Prisões em També*”, onde relatava: “A polícia de També, à frente do sargento Marconi, efetuou prisão ontem de Carlos Montarroyos, Cláudio Cavalcanti e Ayberê Ferreira de Sá, que tentavam instalar em Congresso Camponês naquela cidade.”.

Dessa forma a polícia do governo Arraes impedia, sem mandato judicial, a possível formação de uma coligação de forças políticas que se constituísse em um pólo de referência à esquerda da “Frente do Recife”, capitaneada pela aliança Arraes/PCB. Entretanto, tal “frente única” foi constituída dentro da prisão, pelos militantes que estavam enquadrados na Lei de Segurança Nacional ⁶. O fato de ter oito presos políticos no seu governo gerou um desconforto no governador Arraes, que entre fins de 1963 e o início de 1964 liberta a quase todos. A existência dessa frente de esquerda anti-Arraes foi, evidentemente efêmera, com a eclosão do golpe civil-militar de abril de 1964 que perseguiu todas as forças de esquerda indiscriminadamente.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1962 e 1963, na cidade de Itambé e região, surgiu um embrião de organização autônoma dos trabalhadores rurais que se constituiu numa experiência única no período. Começou a se desenvolver um novo “poder”, diferente daqueles representados pelo secular e violento mandonismo dos latifundiários ou pelo Estado, que mesmo na breve administração de Miguel Arraes a frente de Pernambuco, 1963 e 1964, estava aliado ao poder econômico ⁷.

O poder que se formava então em Itambé, e que se constituiu no “tesouro perdido” da revolução que não houve, era diametralmente oposto a concepção de poder instrumental presente no pensamento de Max Weber, para quem o “Poder significa toda oportunidade de impor sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências,

⁶ A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935 pelo governo de Getúlio Vargas em um contexto de radicalização política, quando pouco antes fora criada por setores de esquerda a Aliança Nacional Libertadora – ANL. Esta foi proibida com base na LSN.

⁷ O vice-governador de Arraes era o maior pecuarista do estado, Paulo Guerra, cuja esposa era da família Borba, que mandou assassinar Jeremias. O seu candidato a senador, e que foi eleito, José Ermírio de Moraes era um dos maiores empresários do país, dono da Votorantim.

pouco importando em que repouse tal oportunidade”. (WEBER, 1971, 219), esse poder compreendido em termos de mando e obediência e associado a violência, representado pelo Estado e pelas elites econômicas, não poderia permitir a possibilidade de surgimento de um poder que se realizava na construção de um espaço de liberdade política. Pessoas simples do campo não deveriam ser estimuladas a se auto-organizarem em conselhos de engenho, sem a proteção de uma figura paternal, (herança populista). A “miragem” de um “poder” autônomo, que se realizava quando os trabalhadores rurais estavam associados e podiam reunir-se livremente foi bruscamente interrompida quando do assassinato de Jeremias e, posteriormente, na prisão dos militantes trotskistas pela polícia de Arraes.

Mas, como nos lembra Walter Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras.” (BENJAMIN, 1996, 229). A história é palco de luta. A preservação da memória contrói uma tradição, que pode levar ao poder, seja instrumental ou espaço de liberdade. Os “silêncios da história” são reveladores das formas de manipulação com que aqueles comprometidos com determinadas tradições fazem para que novas tradições não venham a serem (re)descobertas e mostrem que o rei estava nu.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo. Perspectiva. 1992

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1994.

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin – Obras escolhidas – Magia e Técnica – Arte e Política**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1996.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes – a revolução sem violência**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1979.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à Memória e à Verdade – Edição Pernambuco**. Pernambuco. Companhia Editora de Pernambuco – CEPE. 2008

LAFER, Celso. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo. Perspectiva. 1992

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo. Ed. Unicamp. 1992.

MONTARROYOS, C. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro. Folha Carioca Editora LTDA. 1982.

SÀ, Ayberê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista**. Recife. Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2007

WEBER, Max, **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro. Zahar. 1971.